

Doméstica: projeto reduz custo de contratação

Três milhões devem sair da informalidade e expectativa é que deverão ser abertas um milhão de novas vagas formais

THADEU RODRIGUES

A ONG (Organização Não Governamental) Doméstica Legal inicia hoje a Campanha de Votação de Apoio aos Projetos de Lei "Legalize sua doméstica e pague menos INSS". A iniciativa é uma tentativa de sensibilizar os parlamentares, através do voto do povo, a aprovar cinco projetos de lei que beneficiem aproximadamente 60 milhões de pessoas, entre empregadas domésticas e famílias empregadoras.

Com a aprovação dos

projetos, a expectativa é que as três milhões de empregadas domésticas que trabalham sem carteira assinada no país, considerando um total de mais de 6,7 milhões, passem para a formalidade. Além disso, de acordo com o presidente da ONG, Mario Avelino, deverão ser abertas aproximadamente um milhão de novas vagas formais no emprego doméstico a médio prazo.

Ele explica que muitos empregadores trocam empregadas fixas por diaristas, por uma questão

de economia, mas com os benefícios da lei, poderá haver uma inversão. "A lei entra em vigor depois de 120 dias, tempo para que o empregador se adeque às exigências", afirma Mario Avelino.

Os projetos propõem a redução do INSS do empregado doméstico de 8% para 6%, bem como a do empregador de 12% para 6% e, além disso, o empregador continua com a opção de pagar o FGTS, mas a mudança é que se ele decidir demitir sua funcionária sem justa causa,

não vai pagar multa, que antes era de 40% do valor do imposto.

Se optar por fazer um plano de saúde ou odontológico, o empregador vai poder deduzir do Imposto de Renda, algo que nem sempre é possível.

Os projetos também preveem a criação do auxílio acidente de trabalho e de multa que pode variar de R\$ 1 mil à R\$ 15 mil para o empregador doméstico que desrespeitar os direitos trabalhistas e previdenciários de sua funcionária.

Paraíba tem queda de 9% nos empregos

De acordo com o Retrato do Emprego Doméstico no Estado da Paraíba, feito pelo IBGE, entre 2006 e 2007 houve uma diminuição de 9% no número de empregadas domésticas na Paraíba. Os dados apontam uma queda de 127 mil para 118 mil. O presidente da ONG não soube explicar o resultado da pesquisa, pois considerou que no período o país não passava por recessão.

Em 2006, apenas 13,3% das domésticas trabalhavam com carteira assinada (17 mil) e no ano seguinte o percentual caiu para 12,7% (15 mil). Quanto ao tempo de trabalho, a maior parte (25,2%) permanecem num emprego por apenas cinco meses e a penas 14,9% continuam no mesmo lugar por mais de dez anos. Já em 2007, houve uma queda para 24,5% no primeiro quesito e um

aumento para 16,9% no segundo. Quanto aos salários, 58,2% recebiam até meio salário mínimo em 2006 e apenas 3,9% recebiam entre um e dois salários mínimos. No ano seguinte, a pesquisa apontou que, no máximo, meio salário mínimo era a remuneração de 47,4% das domésticas e que 4,2% recebiam entre um e dois salários mensais, havendo uma sensível melhora neste quesito.

A faixa etária predominante das domésticas está entre 30 e 39 anos, com 31,5% e 29,6%, em 2006 e 2007, respectivamente.

A faixa etária com menor expressão é a de 60 a 69 anos, com respectivos 1,5% e 4,2%. O trabalho de menores de 18 anos foi verificado em 3,1% das domésticas que trabalharam em 2006 e em 2,1% das que trabalharam em 2007.